

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS
DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL**

EDITAL 01/2022



JUSTIÇA DO TRABALHO
T RT da 3ª Região (MG)

C A D E R N O D E P R O V A S

CADERNO

202

- **Analista Judiciário – Judiciária**

QUESTÕES

- **LÍNGUA PORTUGUESA**
- **NOÇÕES DE INFORMÁTICA**
- **LEGISLAÇÃO**
- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**
- **REDAÇÃO (TEXTO DISSERTATIVO)**

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno de provas contém um total de 60 (sessenta) questões objetivas, sendo 15 de Língua Portuguesa, 5 de Noções de Informática, 10 de Legislação, 30 de Conhecimentos Específicos; e 1 (uma) questão discursiva (Redação). Confira-o.
2. As provas objetivas e discursiva terão duração de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos**, incluído o tempo destinado à transcrição das respostas do caderno de questões para as folhas de respostas oficiais.
3. Por motivo de segurança, o candidato somente poderá retirar-se do local da realização das provas depois de 3 (três) horas do seu início.
4. As respostas das questões objetivas e discursivas deverão ser transcritas para a folha de respostas oficial, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Você poderá transcrever suas respostas das questões objetivas para a última folha deste caderno, podendo destacá-la.
6. Na transcrição redação, em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzxyzxyzxyz~~)
7. Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas objetivas e discursiva por erro do candidato.
8. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com as folhas de respostas objetivas e discursiva, devidamente preenchidas e assinadas.
9. Os gabaritos e as questões da Prova Objetiva estarão divulgados no sítio eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br> no 1º dia útil subsequente ao da realização da prova.
10. **ATENÇÃO:** Transcreva no espaço apropriado na sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

“Saúde mental se caracteriza pelo equilíbrio das emoções, dos sentimentos e das expectativas em torno de si, dos outros e da vida.”

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

As palavras e as coisas

Antônio Prata

Entre as sugestões que vieram da editora sobre meu novo livro, havia a de trocar "índios" por "indígenas". Sempre fui um defensor do politicamente correto. Algumas mudanças na ética verbal, porém, me parecem contraproducentes.

Em certo momento dos anos 90, "favela" virou "comunidade". "Favelado" era um termo pejorativo e é compreensível que os moradores destas áreas não quisessem ser chamados assim, mas mudar para "morador de comunidade", embora amacie na semântica, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém. Pelo contrário.

A gente ouve "comunidade" e dá a impressão de que aquelas pessoas estão todas de mãos dadas fazendo uma ciranda em torno da horta orgânica, não apinhando-se em condições sub-humanas, sem esgoto, asfalto, educação, saúde.

Talvez fosse bom deixarmos o incômodo nos tomar toda vez que disséssemos ou ouvíssemos "favela" ou "favelados". Nosso objetivo deveria ser dar condições de vida decente praquela gente, não nos sentirmos confortáveis ao mencioná-la.

O mesmo vale para "morador em situação de rua". Parece que o cara teve um problema pra voltar pra casa numa terça, dormiu "em situação de rua" num

ponto de ônibus e na quarta vai retornar ao conforto do lar. É mentira. A pessoa que mora na rua tá ferrada, é alguém que perdeu tudo na vida, até virar "mendigo".

"Mendigo" é um termo horrível não porque as vogais e consoantes se juntam de forma deselegante, mas pelo que ele nomeia: gente que dorme na calçada, revira lixo pra comer, não tem sequer acesso a um banheiro. Mas quando a gente fala "morador em situação de rua" vem junto o mesmo morninho no coração de "comunidade": essa situação, pensamos, é temporária. Vai mudar. Logo, logo, ele estará em outra.

Não, não estará se não nos indignarmos com a indignância e agirmos. Algumas palavras têm que doer, porque a realidade dói. Do contrário, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida como ela é e se torna um tapume nos impedindo de enxergá-la.

Sobre "índios" e "indígenas", li alguns textos. Os argumentos giram em torno do fato de "índio" ter se tornado um termo pejorativo, ligado aos preconceitos que os brancos sempre tiveram com os povos originários da América: preguiçosos, atrasados, primitivos.

Tá certo. Mas o problema, pensei, não tá no termo "índio", tá no preconceito do branco. Outro dia ouvi num podcast americano um escritor judeu indignado porque ele, que sempre chamou os de sua religião de "jews" (judeus), agora tinha que dizer "jewish people" (pessoas judias). Como se houvesse algo de errado em ser judeu, ele disse. Como se a mudança na nomenclatura incorporasse o preconceito, quando deveria ser justamente o contrário, feito os negros americanos dos anos 70 dizendo "say it loud, I'm black and I'm proud!" ("diga alto, sou preto e tenho orgulho!").

Eu estava errado. Fui salvo da ignorância por minha querida prima antropóloga, Florência Ferrari, e pelo mestre Sérgio Rodrigues. "Indígena" vem de "endógeno", aquele que pertence a um lugar. Ou seja: "povos indígenas" dão uma ideia da multiplicidade de etnias que aqui estavam. "Índio" é uma generalização preconceituosa, tipo "paraíba", no Rio, para se referir a qualquer nordestino ou nortista. Maravilha. Sai "índio". Entra "indígena". Viva a Paraíba.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2022/07/as-palavras-e-as-coisas.shtml> (Adaptado) Acesso em: 22 set. 2022,

QUESTÃO 01

Sobre o gênero do texto, é **CORRETO** dizer que se trata de

- (A) editorial.
- (B) um artigo de opinião.
- (C) um relato pessoal.
- (D) um texto dissertativo-argumentativo.
- (E) uma crônica.

QUESTÃO 02

Sobre a constituição do texto, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) A ideia apresentada no primeiro parágrafo é defendida ao longo do desenvolvimento do texto
- (B) No 1º parágrafo, apresenta-se a tese que será desenvolvida ao longo do texto.
- (C) No último parágrafo, a conclusão contradiz a ideia expressa no parágrafo anterior.
- (D) O uso da 1ª pessoa do singular, em alguns trechos, é incorreto, pois perde-se a credibilidade na fala do locutor.
- (E) Utiliza-se de uma linguagem informal, o que dá ao leitor a ideia de um bate-papo.

QUESTÃO 03

Em todos os trechos, há interlocução, **EXCETO** em:

- (A) “Como se a mudança na nomenclatura incorporasse o preconceito, quando deveria ser justamente o contrário [...].”
- (B) “Do contrário, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida como ela é e se torna um tapume nos impedindo de enxergá-la.”
- (C) “Mas quando a gente fala "morador em situação de rua" vem junto o mesmo morninho no coração de "comunidade" [...].”
- (D) “Não, não estará se não nos indignarmos com a indignância e agirmos.”
- (E) “Talvez fosse bom deixarmos o incômodo nos tomar toda vez que disséssemos ou ouvíssemos "favela" ou "favelados".”

QUESTÃO 04

As palavras destacadas foram corretamente interpretadas entre parênteses, **EXCETO** em:

- (A) “[...] mas mudar para "morador de comunidade", embora amacie na **semântica**, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém.” (sentido das palavras)
- (B) “A gente ouve "comunidade" e dá a impressão de que aquelas pessoas estão todas de mãos dadas fazendo uma ciranda em torno da horta orgânica, não **apinhando**-se em condições sub-humanas.” (aglomerando-se)
- (C) “Como se a mudança na **nomenclatura** incorporasse o preconceito, quando deveria ser justamente o contrário” (vocabulário)
- (D) “Em certo momento dos anos 90, "favela" virou "comunidade". "Favelado" era um termo **pejorativo**.” (vulgar)
- (E) “Não, não estará se não nos indignarmos com a **indigência** e agirmos.” (miséria)

QUESTÃO 05

São sentimentos presentes no texto, **EXCETO**:

- (A) Desconforto.
- (B) Determinação.
- (C) Indignação.
- (D) Ironia.
- (E) Preconceito.

QUESTÃO 06

O que motivou o locutor a escrever o texto foi

- (A) a descoberta de que estava errado com relação à palavra índio, a qual também é uma generalização preconceituosa.
- (B) a discussão gerada devido ao fato de ele usar a palavra índio em seu livro.
- (C) a mudança ocorrida na língua devido às questões relacionadas à ética verbal.
- (D) a não concordância com as mudanças ocorridas na língua devido à ética verbal.
- (E) a vontade de iniciar uma discussão devido ao fato de não concordar com o politicamente correto na língua.

QUESTÃO 07

Com base numa leitura global do texto, é possível fazer as seguintes afirmações, **EXCETO**:

- (A) Ao afirmar que estava errado em relação ao uso da palavra índio, visto que é uma palavra preconceituosa, mostra-se que o autor não se envergonha de errar e faz disso um aprendizado para si e para os seus leitores.
- (B) Ao afirmar que se não nos indignarmos com a indigência e agirmos, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida como ela é e se torna um tapume nos impedindo de enxergá-la, confirma-se a ideia de que trata o texto que é o combate ao preconceito.
- (C) Ao constatar que errou ao usar a palavra índio e foi salvo de sua ignorância por uma prima antropóloga e por um mestre, o autor revela sua tranquilidade em admitir seus erros e corrigi-los em tempo hábil.
- (D) Ao constatar que mudar para "morador de comunidade", embora amacie na semântica, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém, confirma-se a ideia de que algumas mudanças na ética verbal são contraproducentes.
- (E) Ao se referir à palavra "mendigo" como um termo horrível não porque as vogais e consoantes se juntem de forma deselegante, mas pelo que ele nomeia, mostra-se a indignação refletida na fala do autor.

QUESTÃO 08

Há linguagem figurada em:

- (A) “Algumas mudanças na ética verbal, porém, me parecem contraproducentes.”
- (B) “Algumas palavras têm que doer, porque a realidade dói.”
- (C) “Em certo momento dos anos 90, "favela" virou "comunidade".
- (D) “Mas o problema, pensei, não tá no termo "índio", tá no preconceito do branco.”
- (E) “O mesmo vale para "morador em situação de rua".

QUESTÃO 09

A ideia expressa pelos termos destacados está corretamente identificada entre parênteses, **EXCETO** em:

- (A) “[...] mas mudar para "morador de comunidade", **embora** amacie na semântica, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém.” (finalidade)
- (B) “Algumas mudanças na ética verbal, **porém**, me parecem contraproducentes.” (oposição)
- (C) “Como se a mudança na nomenclatura incorporasse o preconceito, **quando** deveria ser justamente o contrário [...].” (tempo)
- (D) “Do contrário, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida **como** ela é e se torna um tapume nos impedindo de enxergá-la.” (comparação)
- (E) “Não, não estará **se** não nos indignarmos com a indignância e agirmos.” (condição)

QUESTÃO 10

Em: “Outro dia ouvi num podcast americano um escritor judeu indignado porque ele, que sempre chamou **os** de sua religião de "jews" (judeus) agora tinha que dizer "Jewish people" (pessoas judias).”, **os** é:

- (A) Artigo definido.
- (B) Artigo indefinido.
- (C) Pronome demonstrativo.
- (D) Pronome indefinido.
- (E) Pronome pessoal do caso oblíquo.

QUESTÃO 11

A posição do pronome oblíquo é **facultativa** em:

- (A) "Mendigo" é um termo horrível não porque as vogais e consoantes **se** juntem de forma deselegante."
- (B) "Do contrário, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida como ela é e **se** torna um tapume nos impedindo de enxergá-la."
- (C) "Não, não estará se não **nos** indignarmos com a indignância e agirmos."
- (D) "Nosso objetivo deveria ser dar condições de vida decente praquela gente, não **nos** sentirmos confortáveis ao mencioná-la."
- (E) "Talvez fosse bom deixarmos o incômodo **nos** tomar toda vez que disséssemos ou ouvíssemos "favela" ou "favelados [...]."

QUESTÃO 12

Em: “Talvez fosse bom deixarmos o incômodo nos tomar toda vez que **disséssemos** ou **ouvíssemos** "favela" ou "favelados", os verbos destacados estão flexionados no:

- (A) futuro do pretérito do indicativo.
- (B) futuro do subjuntivo.
- (C) pretérito imperfeito do indicativo.
- (D) pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (E) pretérito perfeito do indicativo.

INSTRUÇÃO

Leia o texto abaixo para responder às questões 13 e 14.



Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiTyO-AabJ/> Acesso em: 23 set. 2022.

QUESTÃO 13

Observando o anúncio “Aluga-se quarto com banheiro a 8 quadras do centro” e a pergunta feita “Me interessa, mas não tem um com o banheiro mais perto?”, pode-se dizer, **EXCETO** que

- (A) a intenção do anunciante foi anunciar um quarto com um banheiro e indicar onde o imóvel se localizava.
- (B) o duplo sentido gerado pela frase gerou humor, já que é impossível haver um quarto com um banheiro tão distante.
- (C) o fato de ser apenas um quarto no imóvel induz o leitor a pensar que o banheiro não era parte dele, pela distância sugerida na frase em questão.
- (D) o humor do texto foi gerado pelo fato de alguém querer alugar um quarto como o descrito no anúncio.
- (E) o leitor entendeu que o quarto tinha o banheiro em um lugar bem distante do local que seria o alugado.

QUESTÃO 14

Sobre o anúncio: “Aluga-se quarto com banheiro a 8 quadras do centro.”, pode-se dizer que a duplicidade de sentido pode ser desfeita, **EXCETO**

- (A) se colocarmos dois pontos após o termo “aluga-se”.
- (B) se colocarmos vírgula após o termo “quarto com banheiro”.
- (C) se colocarmos vírgulas intercalando o termo “com banheiro”
- (D) se colocarmos vírgulas intercalando o termo “quarto com banheiro”
- (E) se o termo “a 8 quadras do centro” vier no início da frase.

QUESTÃO 15

A crase é facultativa em:

- (A) Ele escreve à Machado de Assis.
- (B) Ele vendeu o apartamento à vista.
- (C) Os rapazes saíram às pressas.
- (D) Vou à casa de meu primo mais tarde.
- (E) Voltaremos para casa até às 19 horas.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 16**

Ao acessar a opção “Personalização” na janela “Configurações” do Microsoft Windows 10, versão português, é possível fazer várias configurações personalizadas referentes ao sistema operacional.

Analise as afirmativas abaixo sobre as funcionalidades da opção “Personalização” da janela “Configurações” do Microsoft Windows 10:





- I – Na opção “Tela de fundo” é possível definir o modo “Apresentação de Slides” e selecionar uma pasta contendo imagens que se alternam em um intervalo de tempo.
- II – Na opção “Tela de bloqueio”, é possível escolher um aplicativo para mostrar o status detalhado na tela de bloqueio.
- III – Na opção “Barra de Tarefas”, existe a opção para desativar a lista de aplicativos do “Menu Iniciar”.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 17

Em relação às opções disponíveis no menu “Apresentação de Slides” do LibreOffice Impress 7.1.6, versão português, correlacione as colunas a seguir:

Ícone	Descrição
I. 	<input type="checkbox"/> Configurações da apresentação de slides...
II. 	<input type="checkbox"/> Iniciar do slide atual
III. 	<input type="checkbox"/> Apresentação de slides personalizada...
IV. 	<input type="checkbox"/> Iniciar no primeiro slide

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) I, II, IV, III.
- (B) II, IV, III, I.
- (C) III, II, I, IV.
- (D) IV, II, I, III.
- (E) IV, III, I, II.

QUESTÃO 18

O LibreOffice Writer 7.1.6, versão português, permite criar malas diretas por meio da opção “Assistente de mala direta...”. Essa opção está disponível por padrão na lista de opções do menu:

- (A) Estilos.
- (B) Inserir.
- (C) Formatar.
- (D) Formulário.
- (E) Ferramentas.

QUESTÃO 19

Considere o exemplo de planilha do LibreOffice Calc 7.1.6, versão português, abaixo com a célula **B1** selecionada.

	A	B
1	Belo Horizonte, MG	MG
2		
3		

A opção **CORRETA** da fórmula contida na célula **B1**, que faz referência ao conteúdo da célula **A1**, que irá gerar o valor "MG" na célula **B1**, conforme exibido na figura é:

- (A) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR(", "; A1);2)
- (B) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR(", "; A1)+2;0)
- (C) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR(", "; A1)+2;2)
- (D) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR("MG"; A1);0)
- (E) =EXT.TEXTO(A1;PROCURAR("MG"; A1)+2;2)

QUESTÃO 20

Analise as seguintes afirmativas sobre as opções de envio de e-mail da janela de "Nova mensagem" do Gmail, versão português:

- I – É possível inserir arquivos do Google Drive em uma mensagem.
- II – É possível programar o envio de uma mensagem para uma determinada data e hora.
- III – É possível inserir uma assinatura predefinida em uma mensagem.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e III, apenas.

PROVA DE LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 21**

Conforme a legislação brasileira, pessoa com deficiência pode ser considerada capaz?

- (A) Não, toda pessoa com deficiência é presumidamente incapaz.
- (B) Sim, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (C) Sim, mas apenas no que se refere ao trabalho.
- (D) Sim, mas apenas para fins de saúde.
- (E) Toda pessoa com deficiência somente pode exercer direitos por meio de curador.

QUESTÃO 22

Na hipótese de servidor público usar de artifícios para dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, é **CORRETO** concluir que

- (A) a conduta é ilícita, se resultar em dano material.
- (B) não constitui ilícito, se o servidor atuou na esfera de sua competência.
- (C) não constitui ilícito, se o servidor atuou sob ordem de outrem.
- (D) o servidor deve ser demitido por ato imediato e sem direito de defesa.
- (E) se trata de infração ética.

QUESTÃO 23

Para os fins do Código de Ética do TRT3, **NÃO** se consideram presentes:

- (A) Bens imateriais.
- (B) Bens materiais ou imateriais recebidos sem que tenham sido solicitados.
- (C) Brindes que não tenham valor comercial.
- (D) Itens de consumo.
- (E) Valores em pecúnia.

QUESTÃO 24

A autoridade que tiver ciência de irregularidade praticada pelo servidor público do TRT3 que lhe seja subordinado estará obrigada a

- (A) demitir imediatamente o servidor.
- (B) determinar sua imediata apuração, por sindicância ou por processo administrativo disciplinar.
- (C) emitir ofício dirigido ao Ministério Público.
- (D) interrogar o servidor, bem como averiguar pessoalmente, por todos os meios, os fatos a serem apurados.
- (E) oficiar a Presidência do Tribunal.

QUESTÃO 25

A nomeação para cargo em comissão de cônjuge de servidor em atividade, conforme normas regimentais do TRT3, é

- (A) ato discricionário da Administração do Tribunal.
- (B) expressamente permitida.
- (C) expressamente vedada.
- (D) permitida, desde que não haja vínculo hierárquico entre os cônjuges.
- (E) vedada apenas se o cônjuge for magistrado.

QUESTÃO 26

Analise as afirmativas e assinale a que estiver **CORRETA**:

- (A) As vantagens pecuniárias não serão computadas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (B) As indenizações se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- (C) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo, desde que o faça por meio de representação de classe.
- (D) É assegurado ao servidor o direito de requerer em defesa de direito ou interesse legítimo, desde que o faça perante sua própria organização administrativa.
- (E) O direito de requerer a autoridades em defesa de seus interesses legítimos é conferido ao servidor apenas se findo o exercício.

QUESTÃO 27

Acerca da possibilidade de retirar documento da repartição onde atua, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É permitido que o servidor público o retire, desde que os documentos sejam afetos às suas funções.
- (B) É prerrogativa do servidor.
- (C) É proibido que o servidor o faça em qualquer hipótese.
- (D) É proibido que o servidor o retire, sem prévia anuência da autoridade competente.
- (E) Somente pode ser feito por titulares de cargos de direção.

QUESTÃO 28

O ato de imposição da penalidade a servidor público

- (A) dispensa motivação.
- (B) é irrecorrível,
- (C) mencionará a causa da punição e os fundamentos legais, a critério da autoridade competente.
- (D) mencionará apenas o fundamento legal da sanção.
- (E) mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

QUESTÃO 29

A prática de discriminação pelo servidor do TRT3, em razão de orientação sexual, constitui

- (A) conduta irrelevante em face do regime disciplinar do servidor.
- (B) conduta irrelevante.
- (C) infração a compromisso ético.
- (D) manifestação individual de convicção.
- (E) matéria não prevista nas normas internas do Tribunal.

QUESTÃO 30

Acerca da advertência no regime do servidor público federal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Deve ser aplicada por escrito.
- (B) Dispensa a defesa prévia.
- (C) Não é penalidade.
- (D) Pode ser aplicada verbalmente.
- (E) Tem efeito apenas instrutivo.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - JUDICIÁRIA**QUESTÃO 31**

Acerca da participação da Confederação Sindical de âmbito nacional no controle de constitucionalidade, é **CORRETO** afirmar que

- (A) não pode propor ação diretamente ao Supremo Tribunal Federal.
- (B) possui legitimidade ativa restrita para a propositura de ações do controle concentrado.
- (C) possui legitimidade ativa universal para a propositura de ações do controle concentrado.
- (D) somente possui legitimidade para provocar controle difuso.
- (E) sua legitimidade ativa se restringe à Ação Direita de inconstitucionalidade por ação.

QUESTÃO 32

A liberdade de exercício profissional é norma constitucional

- (A) carente de regulamentação legal.,
- (B) de eficácia contida.
- (C) de eficácia limitada.
- (D) de eficácia plena.
- (E) transitória.

QUESTÃO 33

Se uma profissão não possui regulamentação legal, LOGO

- (A) a inexistência de lei regulamentadora impede seu exercício.
- (B) aqueles que a desenvolvam não podem gozar de direitos trabalhistas.
- (C) o legislador pode regulamentá-la livremente.
- (D) seu exercício é livre.
- (E) seu exercício é proibido.

QUESTÃO 34

Os princípios constitucionais da Administração Pública **se impõem**

- (A) à função administrativa do Estado, exercida em qualquer dos três poderes e órgãos autônomos.
- (B) apenas à Administração Pública exercida pelo Poder Executivo.
- (C) de modo que a impessoalidade não alcança decisões discricionárias.
- (D) para determinar a transparência apenas para a Administração do Poder Executivo.
- (E) sem a obrigatoriedade do concurso público, norma de *status* legal.

QUESTÃO 35

O direito de greve, conforme o estado atual da matéria, **é garantido**:

- (A) aos empregados e aos servidores públicos civis.
- (B) apenas aos empregados da iniciativa privada.
- (C) apenas aos empregados públicos ou privados.
- (D) com a sujeição da matéria, em regra, à competência da Justiça Comum.
- (E) independentemente da manutenção de serviços essenciais.

QUESTÃO 36

Considerando os bens de uma pessoa jurídica de direito público, é **CORRETO** afirmar que

- (A) admitem gravação por ônus reais, se estiverem desafetados.
- (B) podem ser penhorados, se forem dominicais.
- (C) são imprescritíveis, independentemente de afetação.
- (D) são inalienáveis, ainda que desafetados.
- (E) suas prerrogativas não se estendem em nenhuma hipótese a bem pertencente a pessoa jurídica de direito privado.

QUESTÃO 37

Cabe mandado de segurança em face de ato dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista praticado em

- (A) atos comerciais.
- (B) poder diretivo em geral.
- (C) processo seletivo ou licitação.
- (D) qualquer matéria, desde que seja prestadora de serviço público.
- (E) qualquer matéria.

QUESTÃO 38

Em face da decisão que inadmite Recurso Extraordinário ou Recurso Especial cabe embargos de declaração?

- (A) Não.
- (B) Sim.
- (C) Sim, a depender das razões de inadmissibilidade.
- (D) Sim, a depender da matéria.
- (E) Sim, como via de pré-questionamento para as razões do Agravo cabível.

QUESTÃO 39

No âmbito do processo civil, o juiz nomeará **curador especial** para:

- (A) pessoa que lhe pareça incapaz.
- (B) réu preso revel.
- (C) toda criança ou adolescente, ainda que tenha representante legal.
- (D) toda pessoa declarada incapaz, com ou sem curador nomeado.
- (E) todo réu revel.

QUESTÃO 40

A defesa em juízo dos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **incumbe**

- (A) à Advocacia Pública ou ao Ministério Público.
- (B) a advogado constituído a critério do gestor público.
- (C) à Defensoria Pública.
- (D) à respectiva Advocacia Pública.
- (E) ao Ministério Público.

QUESTÃO 41

É causa de inépcia da petição inicial a seguinte **hipótese**:

- (A) Quando contiver pedidos com fundamentos diversos.
- (B) Quando o pedido for genérico, independente da matéria.
- (C) Quando o provimento demandado for desnecessário.
- (D) Quando o provimento demandado for inútil.
- (E) Quando lhe faltar pedido.

QUESTÃO 42

Acerca do mandado de injunção, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a autoridade coatora, neste remédio, inclui agentes não estatais.
- (B) a competência de julgamento é determinada pelo domicílio do impetrante.
- (C) a decisão proferida nesta ação, se concedida a ordem, determinará ao órgão legislativo que crie a lei.
- (D) exige o pressuposto direito líquido e certo.
- (E) seu objeto pode ser discutido em ações diversas.

QUESTÃO 43

O denominado direito líquido e certo é **requisito comum** entre as ações contidas em:

- (A) Mandado de injunção e ação civil pública.
- (B) Mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- (C) Mandado de segurança e direito de petição.
- (D) Mandado de segurança e *habeas data*.
- (E) Mandado de segurança e ação popular.

QUESTÃO 44

É **elemento** da responsabilidade civil, conforme o regime subjetivo, o que consta em:

- (A) Culpa.
- (B) Dever de agir.
- (C) Inexistência de excludente.
- (D) Prova de capacidade civil.
- (E) Violação de obrigação legal expressa acerca da matéria.

QUESTÃO 45

Acerca dos direitos da personalidade, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A disposição do próprio corpo é vedada para qualquer fim e em qualquer hipótese.
- (B) A possibilidade de sua defesa se encerra com a morte do titular.
- (C) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico.
- (D) O ato de disposição do próprio corpo depois da morte não pode ser revogado.
- (E) O pseudônimo não possui proteção jurídica.

QUESTÃO 46

Dissolvida uma associação privada, é **LÍCITA** a seguinte solução acerca de seus bens:

- (A) Destinação a outra entidade sem fins lucrativos, definida no Estatuto ou, no silêncio, escolhida pelos associados.
- (B) Divisão do patrimônio igualmente entre os associados.
- (C) Divisão do patrimônio igualmente entre os gestores.
- (D) Transferência compulsória dos bens ao Município.
- (E) Transferência dos bens a entidade pública, por deliberação dos associados, desde que seja federal.

QUESTÃO 47

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, **EXCETO**:

- (A) ações possessórias ajuizadas em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- (B) as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador.
- (C) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização tributária.
- (D) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- (E) os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

QUESTÃO 48

Sobre os depósitos recursais, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- (B) O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo.
- (C) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.
- (D) Os beneficiários da justiça gratuita são isentos do depósito recursal.
- (E) Quando o agravo de instrumento tem a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada nas suas súmulas ou em orientação jurisprudencial, não haverá obrigatoriedade de se efetuar o depósito recursal.

QUESTÃO 49

Sobre o recurso de revista, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual ou coletivo, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outra Turma do mesmo Tribunal Regional, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme do TST, ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal
- (B) Da decisão denegatória caberá agravo de instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias.
- (C) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou do Tribunal Regional do Trabalho recorrido, súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- (D) No primeiro juízo de admissibilidade do recurso de revista, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho examinará se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
- (E) O relator do recurso de revista poderá denegar-lhe seguimento, em decisão monocrática, nas hipóteses de intempestividade, deserção, irregularidade de representação ou de ausência de qualquer outro pressuposto extrínseco ou intrínseco de admissibilidade.

QUESTÃO 50

Sobre o procedimento sumaríssimo, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- (B) Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de trinta dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.
- (C) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- (D) Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.
- (E) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.

QUESTÃO 51

Sobre as audiências no processo do trabalho, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A audiência de julgamento será contínua, mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.
- (B) A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.
- (C) Ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, não serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados, devendo o juiz determinar a exclusão dos autos do processo.
- (D) Ocorrendo motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.
- (E) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz renovará a proposta de conciliação, e, não se realizando esta, será proferida a decisão.

QUESTÃO 52

De acordo com o entendimento sumulado do TST e do TRT da 3ª Região, sobre o adicional de insalubridade, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional.
- (B) A verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, prejudica o pedido de adicional de insalubridade.
- (C) A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.
- (D) Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.
- (E) O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.

QUESTÃO 53

NÃO terá direito às férias o empregado que, no curso do período aquisitivo,

- (A) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por até de 15 (quinze) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.
- (B) deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída.
- (C) faltar por 10 (dez) dias ou mais, de forma injustificada.
- (D) permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por até 30 (trinta) dias.
- (E) tiver percebido da Previdência Social prestações de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos, salvo se o motivo do afastamento decorrer de acidente de trabalho.

QUESTÃO 54

Em relação a greve, de acordo com a legislação correspondente, **NÃO** são considerados serviços ou atividades essenciais:

- (A) atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e a assistência social.
- (B) atividades portuárias.
- (C) atividades siderúrgicas e metalúrgicas,
- (D) controle de tráfego aéreo e navegação aérea.
- (E) telecomunicações.

QUESTÃO 55

Em relação ao salário utilidade, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) Em relação aos trabalhadores urbanos, a habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.
- (B) O cigarro não se considera salário utilidade em face de sua nocividade à saúde.
- (C) O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito.
- (D) O veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensável para a realização do trabalho, não tem natureza salarial, salvo no caso de veículo que seja utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
- (E) Os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho para a prestação do serviço, são exemplos de utilidades que não são consideradas como salário.

QUESTÃO 56

Em relação ao aviso prévio, considerando o entendimento sumulado do TST e a legislação vigente, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.
- (B) A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.
- (C) É inválida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a incompatibilidade dos dois institutos.
- (D) Na contagem do prazo do aviso prévio, inclui-se o dia da comunicação e o dia final do vencimento, uma vez que não se trata de prazo processual, mas sim de direito material.
- (E) O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

QUESTÃO 57

Em relação à equiparação salarial, de acordo com a legislação vigente, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.
- (B) Não há equiparação salarial, quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público.
- (C) No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (D) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.
- (E) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.

QUESTÃO 58

Sobre as garantias provisórias e estabilidade ao emprego, de acordo com entendimento sumulado do TST, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.
- (B) Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e a data em que for proferida a sentença, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego.
- (C) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade
- (D) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.
- (E) São pressupostos para a concessão da estabilidade pelo acidente de trabalho, o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

QUESTÃO 59

É **CORRETO** afirmar que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário,

- (A) até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
- (B) até 2 (dois) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer, devidamente comprovada.
- (C) até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- (D) por 3 (três) dias, por ano, para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.
- (E) por 4 (quatro) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue, devidamente comprovada.

QUESTÃO 60

Observando os termos da legislação vigente, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e duas horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais, observado o limite de trinta e duas horas.
- (B) É facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.
- (C) Nas atividades insalubres, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim. Excetuam-se da exigência de licença prévia as jornadas de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.
- (D) O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
- (E) Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

PROVA DISCURSIVA - REDAÇÃO

Texto 1

“Sempre fui um defensor do politicamente correto. Algumas mudanças na ética verbal, porém, me parecem contraproducentes.

Em certo momento dos anos 90, "favela" virou "comunidade". "Favelado" era um termo pejorativo e é compreensível que os moradores destas áreas não quisessem ser chamados assim, mas mudar para "morador de comunidade", embora amacie na semântica, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém. Pelo contrário.”

Texto 2



Disponível em: <https://cantinholiterariososriosdobrasil.wordpress.com/2015/07/13/politicamente-correto-armandinho-tirinha-de-alexandre-beck/>

Acesso em: 23 set. 2022.

Após a leitura dos textos e refletindo sobre o tema em questão, escreva um texto **dissertativo-argumentativo** em que você se posicione sobre o uso de determinadas palavras politicamente corretas em nossa língua.

Para isso, analise o texto 1 e relacione-o às ideias expostas no texto 2.

Não copie fragmentos dos textos.

Seu texto deverá ter de 20 a 30 linhas.

Dê um título ao seu texto.

Faça o rascunho de sua redação na página 36.

RASCUNHO DA REDAÇÃO

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15

16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS
DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL**

EDITAL 01/2022

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	

37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	

49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA
VIRAR O CADERNO DE PROVAS.**

